

PEV sugere proibição de energia vinda do nuclear

14 de Fevereiro, 2017

Depois de ter começado por anunciar que iria apresentar um projeto de lei que iria apresentar um projecto de lei para “proibir a importação de energia com base em fonte nuclear” – a expressão é da conferência de líderes de dia 1 deste mês -, o Partido Ecologista Os Verdes deu um passo atrás e, de forma mais prudente, apresentou apenas um projeto de resolução que “visa impedir o recurso à energia nuclear”, avança hoje o Público.

O diploma entregue na Assembleia da República na sexta-feira recomenda ao Governo que altere a regulamentação do comércio de eletricidade no país “no sentido de interditar a venda, aos consumidores, de eletricidade proveniente de fonte nuclear. E recomenda também que o executivo “emprenda esforços” para que, no âmbito do Mibel – Mercado Ibérico de Eletricidade, a eletricidade comercializada esteja “plenamente” identificada com a fonte de energia primária que lhe deu origem”.

Num projeto de três páginas em que argumentam sobre os perigos da energia nuclear, tanto durante o funcionamento das centrais como no tratamento posterior dado aos resíduos radioativos, os deputados Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira lembram o caso da central de Almaraz, envolta em polémica devido aos eventual prolongamento da sua vida útil e à prevista construção de um armazém para resíduos. Foi nas jornadas parlamentares que dedicaram ao tema que anunciaram a intenção de propor a proibição do recurso a energia proveniente do nuclear.

No Mibel, a energia colocada na rede integra uma percentagem de fonte nuclear, que rondará os 4 a 5%. O PEV admite que não é possível “isolá-la e distingui-la” na rede de distribuição – dificuldade que acabou por motivar este recuo legislativo -, mas defende ser possível “ajeitar o mercado” para identificar proveniência da eletricidade produzida e as empresas poderem escolher outra energia.

“Portugal poderia, conseqüentemente, fazer a opção política de não financiar a energia nuclear, interditando no seu território a compra e venda de eletricidade de origem nuclear, dando um sinal ao mercado da recusa deste tipo de energia elétrica”, defendem os dois deputados.

**Foto de Reuters*